



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE**



**PARECER PARA DISCUSSÃO EM TURNO ÚNICO**  
**PROJETO DE LEI N.º 67, DE 2018**

Autoriza o Poder Executivo a contratar com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA/MG reconhecimento de dívida e parcelamento.

**Autor:** Prefeito Municipal

**Relator:** Vereador JOSÉ JOAQUIM PINTO (BARROSO)

**I RELATÓRIO**

Foi distribuído a esta Comissão de Finanças e Controle, no último dia 17 de setembro, para parecer, na forma regimental, o Projeto de Lei n.º 67, de 2018, de autoria do Prefeito Municipal.

O projeto tem por finalidade autorizar o reconhecimento e parcelamento de dívida com a COPASA, no valor total de R\$ 322.765,32 (trezentos e vinte e dois mil setecentos e sessenta e cinco reais e trinta e dois centavos), referente ao fornecimento de água no período de outubro de 2014 a 27 de agosto de 2018. Deste valor, foram deduzidos multas, juros e correção monetária.

Este saldo poderá ser atualizado até a data em que for efetivada a contratação com a COPASA, com possibilidade de a dívida ser paga em até 119 (cento e dezenove) parcelas mensais.

Sobre o valor das parcelas incidirão juros de 0,5% ao mês e o saldo devedor será atualizado anualmente pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo –IPCA, mantido os juros de 0,5% ao mês.

No art. 3º, o projeto informa a dotação orçamentária destinada a cobrir a despesa relativa ao pagamento da dívida com a COPASA.

O art. 4º revoga a Lei Municipal n.º 1.919, de 19 de outubro de 2017, que autoriza o Poder Executivo a contratar com a COPASA reconhecimento de dívida e parcelamento.

Acompanha o projeto estimativa do impacto orçamentário-financeiro da despesa prevista no atual exercício financeiro e nos dois subsequentes, documento de fl. 5, em atendimento ao disposto no art. 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000).

No dia 28 de setembro, o Prefeito Municipal encaminhou termo de renegociação de dívida, por meio do ofício n.º 140/2018-GP/PMI.

É, em síntese, o relatório.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE**

**II FUNDAMENTAÇÃO**

Existe no Orçamento vigente dotação para atender à despesa prevista no projeto em estudo. Com efeito, o encargo financeiro decorrente do projeto tem previsão na Lei Orçamentária vigente.

O acordo proposto mostra-se vantajoso para o Município. Primeiro porque a Prefeitura contará com prazo de cerca de dez anos para pagar a dívida; segundo porque os encargos que incidirão sobre as parcelas vincendas são favoráveis à parte devedora. As parcelas mensais serão atualizadas somente a cada doze meses, pela variação acumulada do IPCA (IBGE), e os juros cobrados (0,5% ao mês) são ligeiramente inferiores à Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), mensalizada, chamada de taxa básica de juros, adotada pela Fazenda Nacional, que é de 0,526%.

Outra vantagem do acordo é a concessão, pela COPASA, de desconto referente a multa, juros e atualização monetária no valor de R\$ 42.133,43, conforme cláusula segunda do termo de ajuste.

A taxa usada no acordo corresponde à metade da taxa de juros considerada legal pela Justiça, qual seja, 1% ao mês.

Aspecto favorável do acordo que também precisa ser salientado é a redução em 50% do valor da tarifa de água se as faturas emitidas pela empresa concessionária após a formalização do acordo forem pagas em dia. Em caso de inadimplência, a Prefeitura perderá o desconto e será restabelecido o valor de toda a dívida, conforme explica o autor do projeto, na mensagem de encaminhamento da proposição.

Esse desconto incentivará a Prefeitura a pagar com pontualidade as parcelas da dívida e as tarifas de água cobradas no período, o que evitará situação de inadimplência, como a que ocorreu nos últimos anos.

Consoante a estimativa de impacto orçamentário-financeiro, de fl. 5, os encargos com a amortização da dívida serão parcialmente compensados com o desconto de 50% na fatura de água. Segundo os valores apresentados, o acordo provocará uma despesa adicional mensal de apenas R\$ 708,00. Portanto, é pequeno o impacto da despesa nas finanças municipais.

O recomendado, no entanto, é que a dívida fosse liquidada até o término do atual mandato, para se evitar a transferência de obrigações financeiras de exercícios anteriores para gestões futuras.

Sugerimos que seja acrescentado no termo de renegociação de dívida a possibilidade de suspensão do fornecimento de água, no caso de inadimplência, para unidades consumidoras do Município, ressalvadas as destinadas a prestação de serviços essenciais, como o de saúde.

Essa proposta tem também a finalidade de desestimular a inadimplência da Prefeitura.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE**



**III CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, esta Comissão acolhe o voto do Relator e conclui pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei n.º 67, de 2018, com as recomendações constantes da fundamentação.

Sala das Reuniões, 28 de setembro de 2018.

**JOSÉ JOAQUIM PINTO (BARROSO)**  
Relator

**DANIEL ALVES MIRANDA**  
Presidente

**ELMAR FERNANDES DE RESENDE**  
Membro